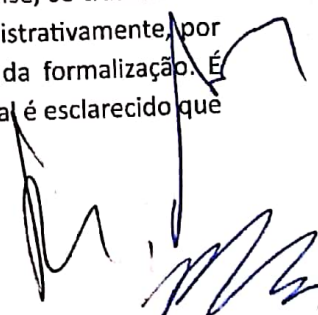
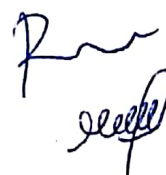


ATA Nº 08/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMH. Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, situada na Rua 1822, número 1510, neste município, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: José Antonio Margarida (Suplente/FURBES); Wagner Luis henrique da Rosa (Procuradoria); Bárbara Gonçalves Fornerolli (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Airton Claudir da Rosa (Titular/Associação de Moradores do Jardim Denise); Anderson Beluzzo (Titular/OAB); Sheila do Socorro Mattar (IAB - Núcleo Litoral Norte); Giovana Valentini (Suplente/ IAB-Núcleo Litoral Norte) e Renata Resende Meirelles (Titular/SASC). **Outros representantes:** Antonio Ivo Dal Piva (Casa dos Conselhos); Airton C. Rosa (Jardim Denise); Maria Erani Carvalho (Jardim Denise) e Augusto M. Barbieri (UDESC). Presidente Renata dá início à reunião com a seguinte **pauta**: 1. Apresentação da ata nº 07/2019 da reunião ordinária anterior, para aprovação; 2. Documentos recebidos e expedidos; 3. Apresentação das Associações de Moradores presentes; 4. Apresentação do andamento sobre o grupo de trabalho; 5. Assuntos gerais. Logo, procede à leitura da ata nº07/2019 e após é solicitado pelos conselheiros que seja complementada a fala de João Miguel representante do FURBES na reunião ordinária do dia 28 de junho de 2019, sobre alguns esclarecimentos referentes à Regularização Fundiária, **sendo deliberado que, a ata será assinada mas, deverá constar na ata da reunião de hoje, a seguinte fala:** *João Miguel fala [na reunião do dia 28 de junho] que gostaria de ter uma verba para auxiliar na Reforma o que significaria dar um passo enorme, e fala das casas que estão para ser regularizadas, e que as pessoas não reformam porque o FURBES dá autorização, mas desde que venha tudo documentado. Quanto à Regularização Fundiária ele manifesta que está trabalhando muito em cima disso, pois quando chegou no FURBES, não tinha muita verba para trabalhar, e observou a regularização e fala do avanço da mesma, citando os prédios na 6ª avenida que estão a quinze anos sem qualquer documentação e a juíza deu o veredito a favor já estando em trânsito julgado no tribunal de justiça, e está aguardando para entregar os títulos para os prédios da 6ª avenida. Enquanto a lei do REURB comenta que é complexa no que diz respeito à sua aplicabilidade, mas comenta que devem fazer, fala que buscou orientação do Procurador do município, e a Dra. Fabiane se interessou e começou a estudar o REURB Outrossim informa que fizeram o projeto piloto do REURB dos vinte e dois moradores da Rua Maurício Venâncio Cunha localizada no bairro São Judas Tadeu, o projeto foi entregue para a Procuradoria, que já fez um estudo e foi entregue no Cartório sendo feito uma reunião com a Cartorária na semana anterior, juntamente com Procurador, o Subprocurador do município e o Presidente Téo, que é Geólogo, que elaborou todo o projeto. A cartorária aprovou, apenas mandou fazer pequenas alterações e quando terminadas a mesma vai receber os documentos e imediatamente emitir os títulos. Informa que isso tudo está a cargo de uma empresa que ganhou a licitação para fazer o levantamento de todos os dados. Sendo assim o projeto piloto os vinte e dois moradores da rua Maurício Venâncio Cunha, o resto são quatrocentas e trinta famílias em toda cidade das quais foi recolhida a documentação para ser regularizada e está com a empresa que está fazendo todos os trâmites para entregar para o FURBES e este para o Cartório. Comenta que está feliz com os resultados, pois se trata de um projeto com mais de uma década. Referente ao Lar Legal teve pessoas que não se inscreveram e a partir do momento que sai o do projeto piloto os que não se inscreveram poderão com maior facilidade regularizar os lares e segundo o advogado da empresa em 40 dias as pessoas recebem os títulos. E por fim explica que foram criados atalhos dentro da lei do REURB, por causa da complexidade da mesma, o qual foi levado para a cartorária para incluir as edificações não apenas os terrenos, o qual foi incluído. Dando seguimento a*

reunião ordinária do dia 26 de julho é aprovada e assinada a ata nº 07/2019, da reunião ordinária do dia vinte e oito de junho. **Ofícios recebidos:** Cópia do projeto de lei, com a proposta de Lei de Incentivo, aprovado em dezembro de 2018. **Ofícios expedidos:** Ofício ao Prefeito referente à Lei de Incentivo. Em seguida passa-se ao item da pauta referente à **Apresentação das Associações de Moradores presentes**. Presidente apresenta Maria e Airton da associação do bairro Jardim Denise, muitos dos presidentes das associações de moradores não puderam estar presentes e sugere programar na próxima reunião para que eles possam estar presentes para explorarem questões sobre habitação. Conselheiro Anderson Beluzzo fala sobre o projeto de regularização de quatrocentas e setenta unidades, onde uma empresa contratada no início de 2007 e foi recontratada em dezembro para fazer a regularização e solicita inserção de pauta para a próxima reunião na qual eles podem explicar a respeito do seu serviço, explicar quando vão conseguir efetivar aquilo que está no plano. Informa que o projeto previa a regularização de muitas moradias mas muitas estão em litígios e tem algumas ações reivindicatórias. **Encaminhamento:** Fazer o convite para a empresa participar da próxima reunião do conselho para empresa ESTOP apresentar o desenvolvimento do projeto que está em execução. Representante Augusto M. Barbieri sugere estender o convite para a comissão responsável fiscal deste contrato para prestar esclarecimentos referentes aos valores das licitações. Também para esclarecimentos referentes ao motivo do atraso do plano. A presidente passa a palavra a Maria e Airton, representantes da Associação **Jardim Denise**. Maria fala das alterações de divisa que o bairro vem sofrendo, o que acaba na não atuação das prefeituras de Balneário Camboriú e Camboriú. É falado que as poucas ações feitas no local são sempre feitas pela Prefeitura de Balneário Camboriú e só até a divisa, e é colocada a dificuldade das pessoas que tem que subir lá em cima com crianças. É informado que já sofreu quatro alterações de divisa, em 2006, 2008, 2010 e 2012. Maria comenta que a Secretaria de Obras de Camboriú ficou de fazer uma vistoria mas até o momento não houve movimentação nesse sentido, teve uma equipe que foi fazer um levantamento e orçamento de Balneário para fazer alargamento e tubulação esgoto foram algumas equipes até o local fizeram a avaliação porém não teve nenhum comunicado oficial. Fala que está aguardando resposta do Prefeito Fabrício quanto à aplicação do projeto. Anderson comenta que ano passado ou retrasado foi feito um ofício solicitando a cessão de direitos sobre dois lotes que são do município para desenvolver o projeto como sendo uma iniciativa. Seria interessante verificar o andamento do procedimento do consórcio para atuar no Jardim Denise, pois foi feito um procedimento formal na formatura do curso "Elas Reformam", sendo feito pelo FURBES um documento para os dois municípios assinarem e pactuarem as obrigações, seria interessante pois fixaria as obrigações de cada um dos municípios. Em relação à doação do terreno para construção da sede, sugere a formação de uma comitiva juntamente com a Sra. Maria Cavaleiro para ciência da tramitação do processo. É falado que tem que vir o consórcio antes da regularização. Anderson explica que no consórcio são definidas as obrigações dos dois entes. Conselheira fala que na reunião passada o Gestor do FURBES comentou duas questões diferentes: uma que estava sendo feita pelo Lar Legal e outra pelo REURB e considera importante entender como se deram essas duas situações. Conselheiro Anderson sugere que a pauta principal da próxima reunião. É feito o questionamento a respeito da existência de vias legais para forçar as Prefeituras a agirem considerando as necessidades dos moradores do Jardim Denise, se tratando de um problema que eles enfrentam há mais de dez anos. Anderson explica que administrativamente, por meio do consórcio, estava sendo dialogado e pactuado isso, e já estava na fase da formalização. É questionada a possibilidade de entrar com uma ação no Ministério Público, para o qual é esclarecido que



não teria legitimidade para forçar a formação de um consórcio, pois ele surge a partir da iniciativa dos dois entes envolvidos. É falado na possibilidade de, por considerar que somente o município de Balneário Camboriú está fazendo alguma coisa no local, o Ministério Público poderia fazer com que Camboriú também fizesse sua parte. É colocada a importância de alguém do Poder Público esclarecer à população que não é feito nada lá por se tratar de território do município de Camboriú. Logo, conselheiro Anderson sugere a formação de uma comissão, para ir em busca de maiores informações e trazer para a próxima reunião, visando propor soluções e para tratar a respeito da formação do consórcio. Após, Anderson explica que em 2007 aquela área era considerada do município e estava dentro do projeto de regularização, sendo feito o levantamento total. Nesse ínterim saiu um relatório do IBGE, indicando que as divisas eram em outro ponto, sendo que o IBGE pegou as coordenadas geográficas. Anderson esteve no Estado, na Assembléia Legislativa e tirou uma cópia dos quatro ou cinco projetos de lei estadual que fez uma correção da retificação das divisas e o Estado fez uma consolidação na qual ficaram algumas falhas que o IBGE aplicou e constou falhas. Informa que, enquanto isso, a Lei Estadual que fez a consolidação, foi questionada por uma ação direta de inconstitucionalidade e que declarou a lei estadual incondicional com a competência da União de legislar sobre anexação de área e retificação de divisas. Nesse ínterim, a União, a lei vigente de 2007 para cá, também foi revogada a lei federal, pelo qual hoje existe um vácuo pela inexistência de lei disciplinando anexação de área e retificação de município e criação de municípios. Justamente nessa mesma década o Estado foi declarado incompetente e a União por sua vez competente. Conclui expressando que existe uma lacuna na Lei Federal, mas as alterações que o Estado fez, foram anuladas. Outrossim informa que o Departamento de Cartografia do Estado esteve aqui e eles acompanharam com a proposta de que a Rua Dom Miguel seja a divisa, para evitar que os lotes fiquem cortados. Então eles têm os dados com a proposição das coordenadas e o Estado não tem a competência sobre o assunto e a União tem outros assuntos mais urgentes para tratar e a questão de divisa não está na sua pauta. Anderson explica que essas coisas aconteceram nos últimos anos e que OAB fez um plebiscito e a comunidade votou onde eles queriam ficar (em qual município), está tudo nesse acervo mas não existe uma legislação que permita implementar essa decisão e por conta disso que surgiu a idéia do consórcio, que permite definir o propósito e as ações, sendo a saída hoje para resolver a situação. Explica que na entrada de Blumenau tem uma situação semelhante com Gaspar. Finaliza esclarecendo que a comissão terá a tarefa de fazer um levantamento oficial para ver como está essa situação, para instituir o passo a passo. Passa-se então ao quarto item da pauta referente à **Apresentação do andamento sobre o grupo de trabalho.** Anderson fala que são dois assuntos: a Lei de Incentivo e Ofício solicitando que o superávit da Lei do Solo Criado seja enviado para o Fundo de Habitação e de Interesse Social. Solicita que fique registrado que o saldo do Solo Criado está em 119 % do valor arrecadado, e hoje arrecadou 19 % a mais do que estava previsto na Lei Orçamentária. Informa que foi encaminhado o ofício solicitando que o superávit desta receita seja destinado ao Fundo de Habitação e Interesse Social. É esclarecido que para que seja possível, deve ter um projeto com um valor específico que justifique a necessidade desse recurso. Anderson explica que como não têm essa competência estão fazendo um pedido geral, pois o valor de orçamento das unidades orçamentárias dos municípios não é definido com projetos previamente aprovados e fala da inclusão na LOA 2020 e procede à leitura do documento com seus respectivos considerandos e a proposição. No que diz respeito ao outro procedimento, referente à Lei de Incentivo, Fomento e Realização, informa que houve uma discussão interna na comissão e será feita uma reunião para discutir essa proposta de lei que foi aprovada ano



passado, e solicita que conste nos ofícios recebidos a cópia desse projeto de lei. Informa que a comissão irá falar sobre esse assunto e trazer os resultados ao conselho. Renata informa que foi encaminhado no grupo de whatsapp e também por e-mail aos conselheiros. É sugerido colocar na ata a pauta do dia e os pontos de deliberação. Conselheira fala que na reunião passada foi falado sobre o Plano de Habitação e acredita ser necessária uma resposta. É informado que, existem todos os passos, com metodologia e diagnóstico, e que no FURBES existe de forma impressa e digital, e fala na necessidade de ter acesso ao plano completo para a próxima reunião. **Assuntos Gerais:** Renata fala nas próximas ações do conselho. Explica que no Regimento fala da alternância entre governamental e não governamental, com o qual, em agosto ou setembro deverá ser trocada a presidência. **Regimento Interno:** falta validação, isto é, mandar para Casa dos Conselhos para fazer o decreto. Anderson sugere inserir na pauta "Eleição do Presidente Governamental". No que diz respeito ao Regimento, Presidente Renata informa que pessoal da UDESC orientou que o conselho deve rever três questões. Ela sugere deixar expresso no Regimento o local de reuniões na Casa dos Conselhos ou em local Municipal. Anderson acredita que não precisam deliberar a esse respeito. Outra pauta para a próxima reunião é **encontro com as demais associações de moradores**. **Encaminhamento:** refazer o convite às associações. Anderson propõe outro item de pauta: **Análise do Plano de Habitação**, que está desatualizado desde 2010. Anderson propõe como outro item: **Andamento dos trabalhos do grupo de instrumentos da política**. Conselheiros falam que serão muitos itens de pauta, sendo sugerido convidar uma comunidade por reunião a se iniciar na reunião do próximo mês (SET). Presidente fala que uma das associações terá uma reunião aberta à todos dia 12/08 e outra forma também seria os conselheiros podem ir até eles. **Criação da Comissão de acompanhamento das questões do Jardim Denise: Maria, Bárbara, Renata, Airton, Anderson, Wagner, Sheila e Augusto.** Conselheiro Wagner, Suplente da Natália da Procuradoria, fala que desconhece as questões do conselho no momento e fica preocupado em participar numa comissão, por ser a segunda vez que vem, mas pode acompanhar as questões que dizem respeito a Administração, na comissão de acompanhamento de procedimentos administrativos e se propõe a participar. É sugerida uma reunião no FURBES para ter maiores informações para a comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradece e dá por encerrada a reunião e eu, Liliانا Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

